

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

REQUERIMENTO

Solicita a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.977, de 2007, em face da edição da Lei Geral do Turismo.

Senhor Presidente,

Designado Relator do processo referente ao Projeto de Lei nº 1.977, de 2007, de autoria do nobre deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, que “Dispõe sobre a concessão para abertura de Agências de Viagens”, verifiquei que, em 17 de setembro de 2008, foi editada a Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008).

Em virtude de o objeto do projeto de lei em exame já constar da Lei Geral do Turismo que, pela denominação, configura-se como lei básica relativa à matéria, a proposição em causa incide em situação de prejudicialidade, nos termos do art. 163, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), perdendo a oportunidade de ser apreciada nesta Casa.

Com base no art. 164, caput, do RICD, requeiro seja declarada a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.977, de 2007.

Sala da Comissão, em 24 de junho de 2009.

Deputado ROBERTO MAGALHÃES
Relator